

EXCLUSÃO SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS HUMANÍSTICAS PARA PROMOÇÃO DA REFLEXÃO SOBRE INCLUSÃO

SOCIAL EXCLUSION AND THE CONTRIBUTION
OF HUMANISTIC DISCIPLINES FOR PROMOTING A
REFLECTION ON INCLUSION

Clemildo Anacleto da Silva*

Jorge Luiz Ayres Gonzaga**

* Professor do Mestrado em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista – IPA em Porto Alegre. Doutor em Ciências da Religião, Mestre em Educação e Licenciado em Filosofia. clemildo.silva@metodistadosul.edu.br

R e s u m o

Este texto pretende realizar uma reflexão sobre a problemática da exclusão social, na qual determinados segmentos sociais estão impossibilitados de acessar os bens materiais, culturais e sociais produzidos pelo conjunto da sociedade, e as implicações que provocam no que se refere à exclusão escolar. Discutirá a respeito do papel que as disciplinas humanísticas podem exercer para combater intolerância e promover a inclusão.

P a l a v r a s - c h a v e : Exclusão Social. Exclusão Escolar. Inclusão Escolar. Disciplinas Humanísticas.

A b s t r a c t

This article intends to lead to a reflection on the problem of social exclusion, in which certain social segments are prevented from accessing the material, cultural and social goods produced by society as a whole, and its implications concerning exclusion from school. It will discuss the role that humanistic disciplines can exert to combat intolerance and promote inclusion.

** Professor de História na Rede Pública de Porto Alegre. Licenciado em História e Mestrando do curso de Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista IPA em Porto Alegre. jlayresgonzaga@yahoo.com.br

Keywords: Social Exclusion. School Exclusion. School Inclusion. Humanistic Disciplines.

1 Introdução

(...) O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la. (Paulo Freire)

Atualmente, a sociedade brasileira, em vários setores, realiza reflexão sobre a “exclusão social”. Os setores sociais ligados à educação – em particular a pública – também têm sido provocados a refletir sobre a “inclusão/exclusão escolar”.

Ao longo da experiência proporcionada pela prática de ensino de disciplinas da área de humanísticas, especificamente História, Geografia e Ensino Religioso, observamos algumas situações e realidades ocorridas no ambiente escolar, que provocaram e serviram de base à reflexão sobre a problemática da exclusão social. Verificamos que a exclusão escolar tem relação direta com a exclusão social.

Ao observar várias escolas, constatamos que algumas são consideradas pela Secretaria Estadual de Educação do RS como escolas que estão aptas a receber alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (é o caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Francisco de Assis em Porto Alegre), condição essa externada pelos profissionais do corpo diretivo e da supervisão pedagógica.

Constatamos também que as famílias possuíam dificuldades em lidar com essas crianças e adolescentes e que havia uma relação entre desestrutura social da família e a dificuldade de adaptação da criança ou adolescente ao ambiente escolar. É possível também dizer que há dois tipos prevalentes de desestrutura: a familiar e a social. Entretanto, esses fatores são fundamentais, mas não são os únicos que se refletem na exclusão escolar, porque nem sempre a desestrutura social conduz à desestrutura familiar. Porém, quando uma família apresenta desestrutura social e familiar quase que conseqüentemente haverá desestrutura escolar ou dificuldade de adaptação da criança ao ambiente escolar.

Podemos também evidenciar, como exemplificação, que a família na atualidade não se constitui de forma como ocorria em épocas anteriores às atuais,

ou seja, na atualidade as famílias não se constituem necessariamente como célula familiar em mãe, pai e filhos, mas em grande medida está configurada em mães e filhos. Não se encontra presente a figura paterna no que se refere às questões ligadas ao referencial masculino como fundamental na formação da criança, bem como a condição paterna de provedor, centrando a condição de provedora econômica na figura da mãe, tornando esta a mantenedora não só econômica como agente central na educação da prole. Essa situação se caracteriza na sociedade atual, na qual a instituição do casamento tradicional não se configura uma realidade como anteriormente, o que demonstra que os grupos familiares atualmente possuem outra configuração. Assim sendo, a exclusão social no aspecto econômico associa-se à fragmentação da família no seu núcleo central refletido no âmbito dos processos de aprendizagem desenvolvidos na escola.

É comum para a escola citada acima receber alunos transferidos de outras escolas por motivo de “indisciplina”; receber alunos que são encaminhados pelo Juizado da Infância e da Adolescência e ainda crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que se encontram abrigados em uma instituição de assistência social conveniada com o poder público.

A experiência nesse tipo de escola é que suscitou a reflexão sobre o problema da exclusão social e escolar, particularmente na questão da promoção e do acesso à inclusão escolar – acesso neste caso possuindo o significado da oportunidade de estar sendo inserido no ambiente escolar –, e da importância do ensino das disciplinas humanísticas como fator incentivador e de centralização dos sujeitos nos processos de aprendizagem, visando o desenvolvimento efetivo do indivíduo e do cidadão.

Com o objetivo de facilitar a abordagem do tema sob enfoque, será seguida a análise das seguintes questões: exclusão social como elemento fundamental da exclusão escolar e da necessidade da inclusão escolar em decorrência dessa exclusão. E, finalmente, procuraremos demonstrar a relação entre disciplinas humanísticas e sua contribuição para amenizar a intolerância e promover a inclusão.

Partimos do pressuposto de que a exclusão social tem consequências na exclusão escolar. Melhor dizendo, a exclusão escolar é reflexo da exclusão social. Desta forma, defendemos que é possível um processo de inclusão escolar fundamentado nas disciplinas humanísticas que têm como objetivo realizar uma reflexão sobre os valores, desencadeando um processo de conscientização que vise construir um educando que possa contribuir para transformar a sociedade excludente.

2 Exclusão e inclusão social

A questão da exclusão e da inclusão social é analisada conceitualmente por Lindomar W. Boneti. Segundo o autor, a partir da exclusão social com o não acesso dos indivíduos aos meios necessários ao desenvolvimento humano nos aspectos, sociais, econômicos, culturais, entre outros, se constitui uma situação na qual são inseridos e se evidencia assim:

São mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulavam a maior parte de desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência etc. (BONETI, 2006, p. 115).

Desta maneira, os excluídos socialmente são sujeitos que não conseguem obter acesso ao processo produtivo, ou, quando estão inseridos no processo produtivo, participam dele de forma precária, recebendo dessa maneira uma parcela insignificante e insuficiente do produto social produzido pela sociedade.

Podemos destacar que a estrutura social é o modelo da classe dominante dos meios de produção, que predomina tanto no aspecto econômico, político, jurídico, social e cultural; desta maneira, os indivíduos ou segmentos sociais que estão em desacordo ou não normatizados por esse modelo são excluídos, ou seja, colocam-se à margem da sociedade e são marginalizados por ela. Entretanto, o autor destaca que mesmo que os atores sociais não estejam “incluídos” formalmente no sistema produtivo, esses sujeitos fazem parte da sociedade, estando ou não incluídos na sua integralidade. Ainda conforme Lindomar Wessler Boneti:

Se utilizarmos um entendimento teórico entendendo o social como um todo, necessário se faz considerar cidadã a pessoa pedinte de rua, aquela que não vota, que não trabalha e não opina formalmente. É preciso considerar que este tipo de população tem participação sim na sociedade porque consome (e na sociedade capitalista o consumo é essencial) e sua presença se constitui de participação política. (BONETI, 2006, p. 117-118).

Portanto, exclusão social é o não acesso dos indivíduos aos benefícios proporcionados pela sociedade a partir de sua produção material e social, porém, mesmo com esse condicionante de exclusão, o indivíduo é parcela e está inserido na sociedade, nela está refletido e se reflete.

Mesmo estando o indivíduo apartado do processo produtivo, esse mesmo indivíduo que se encontra excluído do acesso aos bens produzidos pela sociedade como um todo, dela participa mesmo que de maneira “insignificante,” pois consome, por mais precariamente que seja, os produtos produzidos por esta sociedade, participando como contribuinte do sistema tributário. Desta forma, mesmo estando excluído dos bens produzidos pela sociedade, o “sujeito excluído” não está excluído da contribuição tributária, ou seja, pertence à totalidade da sociedade.

A exclusão social se manifesta na escola com amplitude, destacando-se a desestruturação familiar, a não sociabilidade dos alunos, a falta de parâmetros de conduta social e os casos específicos ligados às questões cognitivas ou biológicas de maneira em geral. Além desses aspectos referentes aos alunos, destaca-se o despreparo da escola no plano institucional em relação a políticas afirmativas, a não capacitação dos profissionais de educação e o suporte de outros profissionais como médicos, fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais, entre outros, inseridos em um sistema de rede. Visando à acompanhar as situações de inclusão dos alunos nas escolas, destaca-se que existem experiências e programas que produzem bons resultados nas escolas da rede pública estadual e municipal, entretanto, na escola especificada não existia tal estrutura. Neste contexto, o Estado – neste caso o ente federativo Rio Grande do Sul – não promove condições aos profissionais de educação para propiciarem o acesso e a inclusão escolar com uma política articulada que privilegie os alunos no seu desenvolvimento escolar.

Devemos destacar que, para uma melhor resolução dos problemas estruturais ligados às questões de suporte do Estado e às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, se faz necessária a participação articulada dos setores da sociedade organizada, prioritariamente a comunidade escolar em que a escola está inserida, manifestando, dessa maneira, a inserção da comunidade na construção das estratégias visando à melhoria da escola.

3 Inclusão escolar

O universo da escola comporta um grupo de sujeitos com características diversas como idade, determinado número de meninos e de meninas, características de desenvolvimento psicológico e biológico, de faixa etária etc. Porém, esse grupo, mesmo possuindo características gerais que caracterizam as crianças e os adolescentes, não é homogêneo, possui suas especificidades, e incluir é proporcionar a convivência com as diferenças e não propor ou querer igualar a todos os sujeitos, ou normatizar a uma regra que privilegie determinado grupo dominante.

A escola nesse contexto de diversidades é descrita da seguinte forma por Rita Vieira de Figueiredo Boneti:

Investigando o cotidiano das práticas escolares e a cultura que permeia as ações ali desenvolvidas, percebe-se que essa instituição não se preparou para trabalhar com a “diversidade” de seus alunos, permanece ainda centrada no mito da homogeneidade, sem reconhecer as diferenças inerentes a todas as crianças. (BONETI, 2006, p. 17).

Com isso a autora evidencia a característica que o ser humano possui de ser diferente um do outro e a forma como o sistema de ensino trata os indivíduos (alunos) com o objetivo de igualar a todos a uma prática de ensino, procurando, dessa maneira, homogeneizar as práticas escolares e os processos de aprendizagem. Essa prática de homogeneizar os processos de aprendizagem acaba não afetando os educandos e não despertando os interesses nos conteúdos a serem desenvolvidos, pois não levam em consideração as individualidades, as diferenças e a centralidade dos processos de aprendizagem dos educandos.

Em uma perspectiva pedagógica que privilegie as diferenças culturais, sociais, econômicas, físicas etc., a escola, como instituição de ensino, deveria criar condições através das quais as “diferenças” fossem valorizadas e aceitas como elemento fundamental nas relações que constituem os processos de aprendizagem, centralizando a prática pedagógica nas diferenças que existem entre os sujeitos, ou, melhor dizendo, nas diferenças que compõem as individualidades dos alunos. Ainda, segundo Boneti, não significa apenas dizer que aceitamos trabalhar com as diferenças. “É muito mais que isso, significa redimensionar o ato pedagógico de modo a somar as diferenças em sala de aula, para conseguirmos um novo olhar sobre a educação.” (BONETI, 2006, p. 19).

Na realidade da sala de aula, as diferenças se manifestam de maneira objetiva nas relações entre os educandos – cor da pele, modos de vestir, hábitos alimentares, comportamentos relativos à faixa etária, opção musical –, bem como na mediação das relações com grupo social a que pertencem, comunidade em que residem, o time de futebol preferido; essa gama de diversidades representada no microcosmo da escola espelha as diversidades contidas na sociedade e deve ser objeto de interações entre os educandos a partir da mediação do educador, evidenciando a diversidade entre os indivíduos, a positividade dessas diferenças e o desenvolvimento da prática de tolerância como meio de qualificar e desenvolver as potencialidades individuais e, acima de tudo, as coletivas.

Realizando-se a opção de abordar a inclusão escolar pelas instituições de ensino no nível de sistema de educação – no âmbito da esfera política –, cria-se, a partir dessa orientação, a necessidade de se institucionalizar a prática de inclusão e o acesso dos alunos ao equipamento escolar, como laboratórios de informática, quadras de esporte, laboratório de ciências, bibliotecas, e preparar e capacitar os profissionais, em particular os professores, para desenvolverem a prática de ensino nos processos de aprendizagem inclusiva baseados na compreensão e aceitação das diferenças.

A capacitação dos professores proporcionará a compreensão das dinâmicas que envolvem os processos de aprendizagem e as características particulares de cada aluno. Assim, a construção de conhecimento e as relações que dele provém estarão alicerçadas em outro modelo de aprendizagem e de socialização, ou seja, o da inclusão de alunos com características diversas no mesmo ambiente escolar, evitando processos segregacionistas; entretanto, se faz necessário para essa nova postura o suporte político-pedagógico em todas as instâncias que estão ligadas ao processo de ensino, especificamente ao professor, para que este possa continuar sua formação, objetivando a construção do conhecimento junto com os educandos e a comunidade escolar, e que essa formação esteja fundamentada na reflexão da concreticidade de sua prática pedagógica, bem como no conhecimento produzido pela comunidade científica.

Neste aspecto, torna-se evidente a importância da valorização profissional dos servidores em educação, em especial dos professores, tanto no que se refere ao aspecto de formação e qualificação como na condição de suprir as suas necessidades materiais.

Outra reflexão que se faz necessária é a prática de se considerar todos os educandos de maneira igual, embora haja diferenças. As individualidades refletem a condição única de cada ser, ou seja, todo indivíduo é único e deve ser tratado de acordo com essa unicidade particular do seu ser. A partir dessa compreensão do indivíduo é possível desenvolver da melhor forma os seus atributos, qualidades e potencialidades no que se refere aos processos educativos na sua integralidade; surge, então, a partir das diferenças, a noção de equidade que está diretamente ligada à exclusão e que se torna mais presente ao propor mais recursos materiais e culturais para aqueles indivíduos que estão excluídos e sem acesso aos benefícios proporcionados pela sociedade. Com isso se procurará tratar diferentemente os indivíduos, contemplando aqueles que mais precisam e os mais desfavorecidos na sociedade, uma vez que lhes é dificultado o acesso aos benefícios sociais.

A noção de equidade procura equilibrar as diferenças sociais e distribuir de maneira um pouco mais equilibrada os benefícios produzidos pela sociedade, procurando levar uma maior parcela dos recursos aos indivíduos que possuem menos recursos, sem, no entanto, objetivar “tornar ou fazer” os indivíduos iguais, privilegiando as diferenças. Conforme Ana Rosa Fontella Santiago (2006, p. 27), “Diferente do compromisso com a igualdade a equidade reconhece os direitos particulares individuais, sem, contudo, responsabilizar-se frente às condições externas que determinam as desigualdades”. Assim, procura-se destinar recursos maiores a quem possui poucos ou nenhum recurso, sem, entretanto, naturalizar as desigualdades sociais como se as mesmas fossem produtos naturais das sociedades humanas.

4 Disciplinas Humanísticas e Inclusão

Diante do que foi exposto, ou seja, a necessidade de perceber as diferenças, a necessidade de inclusão; perceber, compreender, proporcionar a convivência, igualdade de direito e aceitar o outro, que às vezes parece ser diferente, é que entendemos a necessidade das disciplinas humanísticas. Muitos desses alunos participam de famílias desestruturadas. A discussão de valores em sala de aula apresenta-se como oportunidade para que haja o confronto de ideias, o confronto de valores (familiar e social) e a reflexão de modo mais apropriado. Desta forma, entendemos que a reflexão sobre os valores sociais e éticos podem também contribuir para a consciência da inclusão.

Para Morin, o Ensino das Humanidades tem um papel fundamental na formação do aluno. Segundo ele,

Deveria ser instituído um ensino recomposto de ciências humanas, centralizado no destino individual, no destino social, no destino econômico, no destino histórico, no destino imaginário e mitológico do ser humano, e orientado nesse sentido, conforme as disciplinas. Como assinalamos, o ensino das humanidades não deve ser sacrificado, mas otimizado. (Uma das principais missões do professor secundário é salvaguardar a cultura das humanidades). (MORIN, 2003, p. 79).

Em sua obra “Emílio”, Rousseau, entre os muitos conselhos que dá, diz o seguinte: “Atrevei-vos a pregar humanidade aos intolerantes”. (ROUSSEAU *apud* BUITRAGO, p. 136).

É estranho, mas o ser humano que nasceu para viver em sociedade precisa agora aprender a viver e conviver nessa mesma sociedade. De um lado, temos a impressão de que o ser humano não está preparado para viver nela. Por outro, percebemos que, dependendo da forma como a sociedade está organizada, muitas pessoas realmente não se sentirão parte dessa sociedade, visto que as estruturas sociais não contribuem para inclusão de todos.

Portanto, aquelas ações que pareciam ser naturais e normais se revestem de mistérios, dificuldades e lutas. Não deveria ser algo extraordinário aprender a ser humano, a ser cidadão, a respeitar, a tolerar etc. Não existe nenhuma disciplina na escola que ensine isso. Parte-se do pressuposto de que essas questões já são de conhecimento de todos e devem fazer parte do comportamento humano. Mas não é assim que acontece. Se não é possível ensinar essas coisas, pelos menos é possível fazer reflexão sobre elas. Pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrou que a família e a escola surgem como responsáveis por ensinarem valores.

A família, para a maioria dos pesquisados, é quem tem a responsabilidade de ensinar valores. A escola aparece em segundo lugar como responsável por esse papel. A pesquisa mostra ainda que os brasileiros estão preocupados com um problema, uma ameaça aos valores: a violência (OS VALORES, 2011).

A discussão ou reflexão sobre valores na escola pode ser uma maneira de contribuir para o processo de inclusão. Esse processo inicia-se a partir da reflexão sobre o próprio ser humano e suas ações. Como dizia Pascal

O homem, evidentemente, é feito para pensar: nisso reside toda a sua dignidade e a sua função. E todo o seu dever consiste em pensar como se deve. Pois bem, a ordem do pensamento está em começar pelo próprio eu, pelo próprio autor, pelo próprio fim. (REALE, p. 617).

Para exemplificar essa possibilidade de contribuição entre disciplinas humanísticas e inclusão, lançaremos mão dos resultados da pesquisa realizada no Centro Universitário Metodista pelo Grupo de Pesquisa sobre Educação e Tolerância¹. Essa pesquisa revelou que as disciplinas de História, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso são as mais lembradas pelos alunos do Ensino Fundamental no que se refere ao ensino de temas como: tolerância, respeito, discriminação, racismo, ética, política, dentre outros. A mesma pesquisa revelou, também, que os temas sobre Ética e Tolerância são os menos estudados, confirmando a importância da reflexão realizada por essas disciplinas e a relevância que as humanísticas possuem no currículo escolar e na formação do educando.

As disciplinas denominadas de humanísticas têm se tornado as vilãs dos currículos, visto que muitos entendem que elas tiram espaços das disciplinas consideradas fundamentais. No entanto, a pesquisa citada acima demonstrou que os alunos enxergam essas disciplinas como espaços para reflexão e discussão de temas que levam a repensar suas ações em relação ao outro. Nesse sentido elas exercem um papel fundamental no que diz respeito à conscientização e à mudança de percepção em relação a atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas.

A pesquisa revelou que muitos alunos mudaram de opinião acerca de grupos historicamente discriminados como negros, nordestinos, homossexuais, deficientes físicos, muçulmanos e outros após terem realizado reflexões nas disciplinas de Filosofia, História, Língua Portuguesa, Artes e Ensino Religioso. Foi possível constatar também que a grande parte do preconceito existente entre os alunos decorre do desconhecimento do modo de vida, da cultura e da história do outro. Nesse sentido, as disciplinas humanísticas podem dar uma grande contribuição no processo de inclusão social ao trazer para o debate as tradições, culturas e sistemas de vida que muitas vezes são apresentados de maneira distorcida.

1 - Pesquisa realizada pelo Grupo de pesquisa do Centro Universitário Metodista IPA de Porto Alegre (Educação e Tolerância), sob a coordenação do Prof. Clemildo Anacleto da Silva, entre os anos de 2008 e 2010, com o objetivo de verificar de que maneira os Temas Transversais contribuem para a diminuição da intolerância.

Um resultado concreto da ação das disciplinas humanísticas nesse processo é o fato dos estudantes terem afirmado que mudaram de opinião em relação aos batuqueiros (umbandista e candomblicistas), homossexuais e deficientes físicos após terem conhecido melhor esses grupos e quando estudaram temas como: preconceito, discriminação, intolerância, respeito e diversidade cultural.

Isso significa que a reflexão, a apresentação de novas ideias, o aprofundamento do conhecimento e a possibilidade de contrastar ideias podem levar o aluno a reformular suas opiniões ou posições preestabelecidas. Nesse sentido, as disciplinas humanísticas contribuem para amenizar a intolerância e promover a inclusão.

Não é possível afirmar que pelo fato de terem feito reflexão sobre os valores haverá diminuição da intolerância, discriminação ou preconceito, mas os valores se apresentaram como um grande instrumento que pode amenizar esse fator, ou pelo menos tornar conhecido grupos ou assuntos que costumeiramente não fazem parte da discussão das chamadas disciplinas fundamentais.

No entanto, esses resultados reforçam a ideia da presença das disciplinas humanísticas. Diante dos questionamentos a respeito da necessidade de inclusão das disciplinas de Filosofia, Sociologia e de Ensino Religioso nos currículos escolares, a pesquisa aponta que essas disciplinas podem ser o principal instrumento para a reflexão a respeito da violência escolar, da ética, da formação moral, da formação para cidadania, da educação para paz e da promoção de comportamentos pró-sociais. Uma vez que “a reflexão sobre nossos próprios valores, crenças e comportamentos é imprescindível para compreendermos o racismo, a discriminação e o preconceito racial na sociedade, bem como seus efeitos em nossas vidas.” (CAVALHEIRO, 2001, p. 7).

5 Conclusão

Podemos concluir, sem, contudo, pretender encerrar o processo de análise sobre inclusão escolar, enfatizando alguns aspectos que parecem relevantes: a sociedade atual demonstra característica de fragmentação em seus valores morais, em suas tradições e em suas identidades, o que se reflete nos indivíduos. A não integração de segmentos sociais ao sistema produtivo e a seus benefícios provoca a precarização das relações sociais e individuais no que se refere, em um primeiro momento, às condições materiais de subsistência, e

em um segundo momento ao sentimento de pertencer à sociedade em que está incluído ou à margem dela, com isso gera-se o distanciamento dos indivíduos da sociedade como representação coletiva e social.

Esses aspectos da sociedade e das pessoas excluídas refletem-se no ambiente escolar, pois a não acessibilidade aos bens materiais, culturais e sociais fragilizam as relações sociais. Afloram os problemas de indisciplina, desagregação familiar e vulnerabilidade social da criança e do adolescente. Por outro lado, as instituições de ensino não contam com uma política pública de acesso aos alunos excluídos que contemple suas diferenças, e muitos professores não se sentem respaldados, aptos e capacitados a lidar com essa gama de diversidade.

A complexidade que envolve o processo de exclusão social culmina com a tentativa de entender qual ou quais caminhos deve-se percorrer para proporcionar o acesso de alunos ao sistema de ensino. Uma dessas opções é compreender como se processou a exclusão e como ocorrerá o acesso aos mecanismos geradores de bem-estar social. A outra reflexão é a partir da centralização da questão em análise nas diferenças que existe e que é peculiar aos indivíduos, trazer para um primeiro plano a problematização e compreensão das diferenças, e, a partir desses entendimentos, respeitar e aceitar aqueles que não são iguais.

É nesse contexto escolar que se insere, com importância fundamental, o ensino das disciplinas humanísticas, em que se procura objetivar a reflexão dentro de uma perspectiva histórica das relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos históricos, trazendo à superfície a participação construtiva dos alunos como protagonistas dos processos históricos em desenvolvimento.

Temos bem claro que a exclusão social não se resolve somente através de reflexão e conscientização. A solução é muito mais complexa. Somos conscientes de que a inclusão social ameniza a discriminação e faz o indivíduo se sentir participante da sociedade e ter acesso aos bens produzidos. No entanto, a estrutura social ou o sistema econômico que produz a exclusão social não desaparece. É possível que alguns nos acusem de defender uma inclusão social nos moldes capitalistas, ou seja, a inclusão social se resumiria na inclusão no sistema econômico. Entendemos que são passos diferentes. O indivíduo excluído social e economicamente pensa numa solução de curto prazo. É inútil o discurso de uma solução a longo prazo, como, por exemplo, a esperança por uma mudança que ocorrerá através de uma revolução ou mudança de sistema. Nesse sentido, o processo de conscientização é um passo importante para que os demais aconteçam.

Cabe, assim, às demais disciplinas, e principalmente às humanísticas, promover a reflexão sobre o acesso dos indivíduos ou de segmentos sociais aos bens materiais, aos bens culturais, à educação, à saúde, enfim, ao conjunto da produção material e social, bem como ao desenvolvimento individual e coletivo com autonomia. Segundo Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky:

Como se vê, diferentes recortes da História permitem que o aluno abra enormes horizontes que podem acolher, inicialmente sua curiosidade, depois sua análise e finalmente sua identificação com “essa gente como a gente”, que constitui o processo histórico do qual ele mesmo faz parte. (PINSKY, J.; PINSKY, C., p. 35, 2006).

Portanto, o ensino das disciplinas humanísticas poderá contribuir para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem e de produção do conhecimento pelo aluno, objetivando com isso a formação de sua individualidade e compreensão dos processos históricos em que está inserido, das diversidades individuais e coletivas que ajudaram a formar e constituir o seu tempo presente.

Referências

BONETI, Lindomar Wessler. Análise crítica dos fundamentos teóricos da educação inclusiva. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 113-124, Jan/Abr. 2006.

BONETI, Rita Vieira de Figueiredo. O ato pedagógico como possibilidade de prazer, engajamento e significado: possibilidades de inclusão no contexto de exclusão social. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 11-20, Jan/Abr. 2006.

BUTRAGO, José Penalva. *O professor como formador moral*. São Paulo: Paulinas, 2008.

CAVALHEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação*. Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro edições, 2001.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OS VALORES DOS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-cidadania/572747?task=view>>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In.: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula, conceitos, práticas e propostas*. São Paulo. Ed. Contexto, 2007.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Do Humanismo a Kant*. V. 2. São Paulo: Paulus, 1990.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Políticas de inclusão e cultura excludente: paradoxos do currículo escolar. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 21-32, Jan/Abr. 2006.